

Contabilidade Aplicada ao Setor Público p/ Auditor Interno/SP

[Pessoal, vou comentar as questões da prova.](#)

16. Observe o demonstrativo consolidado geral a seguir.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO			
CONSOLIDADO GERAL			
Exercício de 2014		Lei nº 4.320/64	
RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	Valor em Reais	ORÇAMENTÁRIA	Valor em Reais
RECEITAS CORRENTES	40.699.086.092,32	DESPESAS POR FUNÇÃO	43.443.326.216,80
RECEITAS DE CAPITAL	1.041.786.724,28		
REC. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.529.542.459,79		
RECEITAS DE CAPITAL – INTRAORÇAMENT.	85.676.157,95		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.010.876.059,98		
Total da Receita Orçamentária	41.345.215.374,36	Total da Despesa Orçamentária	43.443.326.216,80
TRANSFERÊNCIAS ATIVAS		TRANSFERÊNCIAS PASSIVAS	
REPASSES RECEBIDOS	6.835.449.585,12	REPASSES CONCEDIDOS	6.835.449.585,12
DEVOLUÇÃO REPASSES CONCEDIDOS	32.224.006,68	DEVOLUÇÃO REPASSES OBTIDOS	29.198.514,00
Total das Transferências Ativas	6.867.673.591,80	Total das Transferências Passivas	6.864.648.099,12
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
CHEQUES NÃO COMPENS. EM TRÂNSITO	209.161,64	DEVEDORES DIVERSOS, PARTICULARES	26.170.378.453,33
DEPÓSITOS A REALIZAR	105.766.319,54	DEVEDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	267.912.625,78
DEVEDORES DIVERSOS, PARTICULARES	26.149.055.693,88	CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	15.983.482.093,74
DEVEDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	49.476.488,50	CREDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	2.068.706.345,77
CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	16.003.530.742,83	CRÉDITOS DE CONTRIBUINTE	136.072.222,58
CREDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	2.122.412.191,41	DEPÓSITOS DIVERSOS	546.504.107,49
CRÉDITOS DE CONTRIBUINTE	160.517.399,07	RESTOS A PAGAR	2.284.133.511,87
DEPÓSITOS DIVERSOS	682.250.144,44	CHEQUES NÃO COMPENS./EM TRÂNSITO	224.568,82
RESTOS A PAGAR	1.984.009.622,58	DEPÓSITOS A REALIZAR	106.818.725,85
CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	683.857.431,70		
Total da Receita Extraorçamentária	47.941.085.195,59	Total da Despesa Extraorçamentária	47.564.232.655,23
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DISPONÍVEL PARA O MÊS SEGUINTE	
CAIXA	13.931,01	CAIXA	33.124,18
BANCOS	53.006.156,87	BANCOS	98.252.167,38
BANCOS, CONTAS ESPECIAIS	59.992.386,67	BANCOS, CONTAS ESPECIAIS	36.943.344,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.499.395.935,91	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.760.027.207,48
INVESTIMENTOS DO RPPS	9.246.307,58	INVESTIMENTOS RPPS	8.166.064,76
Total Saldo Disponível do Exercício Anterior	6.621.654.718,04	Total Saldo Disponível para o Mês Seguinte	4.903.421.908,64
TOTAL	102.775.628.879,79	TOTAL	102.775.628.879,79

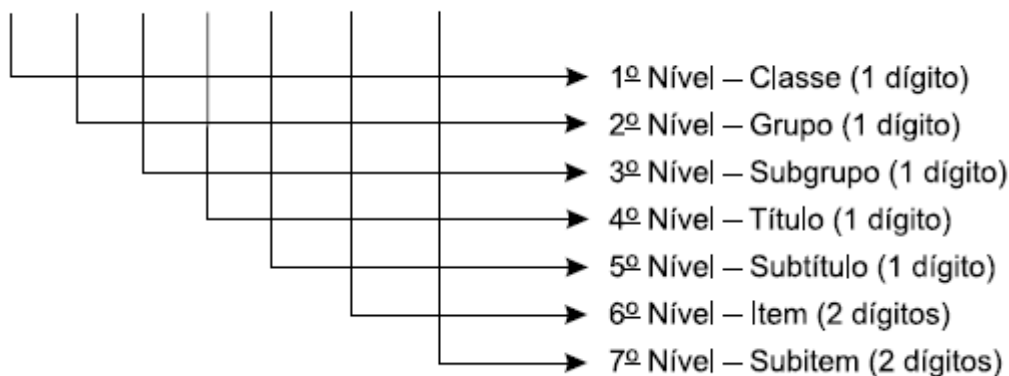
O demonstrativo consolidado geral apresentado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, referente ao exercício de 2014, refere-se, conforme estabelecido pela Lei no 4.320/64, ao

- (A) Balanço orçamentário.
- (B) Balanço contábil e orçamentário.
- (C) Fluxo de caixa orçamentário.
- (D) Demonstrativo das receitas e despesas categorizadas.
- (E) Balanço financeiro.

Seria o Balanço Financeiro, gabarito E.

17. Observe a estrutura a seguir e responda à questão.

X . X . X . X . X . XX . XX



A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no PCASP, um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação, que, nesse caso, utilizará o 5º nível – Consolidação. Nesse nível, o dígito que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município, será o

- (A) Dígito 3.
- (B) Dígito 5.
- (C) Dígito 2.
- (D) Dígito 4.
- (E) Dígito 1.

Conforme consta na aula de plano de contas, 5º nível, gabarito B.

18. Observe as informações a seguir, obtidas a partir da Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas, Exercício Financeiro de 2014, relativas à Administração Direta da PMSP.

Receitas Realizadas	Valor em Reais
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.787.019,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	792.528.907,90
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	33.254.122,72
RECEITAS DA CESSÃO DE DIREITOS	116.000.000,00
Total	946.570.049,64

No que tange à classificação de despesas e receitas por categorias, conforme anexo 1 da Lei no 4.320/64, os valores de receitas demonstrados serão classificados na categoria econômica:

- (A) Receitas de Ativos Financeiros.
- (B) Receitas Patrimoniais.
- (C) Receitas Financeiras.
- (D) Receitas Permanentes.
- (E) Receitas de Capital.

Todas seriam receitas patrimoniais, gabarito B.

19. No que tange à cronologia, as etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando em consideração o modelo de orçamento existente no país e a tecnologia utilizada. Dessa forma, a ordem sistemática dessa cronologia é

- (A) previsão, orçamento, arrecadação e recebimento.
- (B) planejamento, lançamento, execução e pagamento.
- (C) orçamento, fixação, cobrança e recebimento.
- (D) planejamento, fixação, contabilização e recolhimento.
- (E) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Conforme consta na aula de receitas, gabarito E.

20. O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- (A) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- (B) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública
- (C) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos
- (D) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- (E) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público

Conforme consta na aula de princípios contábeis, gabarito A.

21. Segundo a NBC T 16.4, as transações no setor público poderão ser classificadas por natureza, de acordo com suas características e impacto no patrimônio público. Aquela que corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência, ou não, da execução de orçamento, podendo provocar alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, é denominada de natureza

- (A) patrimonial-financeira.
- (B) administrativa.
- (C) econômico-financeira.
- (D) de capital e permanente.
- (E) contábil e patrimonial.

Transação econômico-financeira, gabarito C.

22. Conforme NBC T 16.11, item 11, “os serviços públicos possuem características peculiares tais como: universalidade e obrigação de fornecimento, encaradas na maioria das vezes como direito social, em muitas situações, têm apenas o estado como fornecedor do serviço (monopólio do Estado). O serviço público fornecido sem contrapartida ou por custo irrisório diretamente cobrado ao beneficiário tem (em sua grande maioria) o orçamento como principal fonte de alocação de recursos”.

Tal afirmação corresponde

- (A) às obrigações do Estado ao serviço social.
- (B) às características e aos atributos da informação de custos.
- (C) às características na formação do preço do serviço público.
- (D) às premissas básicas do orçamento público.
- (E) à classificação dos serviços públicos perante o contribuinte.

Conforme consta na aula de subsistema de custos, gabarito B.

Com base no demonstrativo consolidado da despesa com pessoal a seguir, responda à questão.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
 MAI/2014 A ABR/2015

RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Mai/2011 a Abr/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RES- TOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.124.573.943,12	49.693.978,61
Pessoal Ativo	11.543.235.767,63	49.693.978,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.581.338.175,49	–
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	–	–
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.294.199.838,16	1.936.519,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.726.516,57	27.549,96
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	594.836.612,33	285.089,49
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.578.369,58	1.623.879,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.687.058.339,68	–
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	13.830.374.104,96	47.757.459,19
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	38.943.471.463,76	–

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no 101/2000, art. 19, atribuiu limites, para cada ente da federação, para a despesa total com pessoal em cada período de apuração. Portanto, os entes da federação não poderão exceder os percentuais da receita corrente líquida. O percentual a ser aplicado é diferente entre a União, os Estados e os Municípios. No caso do Município de São Paulo, que apresenta uma receita corrente líquida de R\$ 38.943.471 mil, para o período apurado de maio de 2014 a abril de 2015 (1º Quadrimestre de 2015), conforme demonstrativo consolidado da despesa com pessoal, o valor máximo para despesa total com pessoal, respeitando o limite percentual mencionado para o referido período em referência, é

- (A) R\$ 19.471.735 mil.
- (B) R\$ 15.577.388 mil.
- (C) R\$ 23.366.082 mil.
- (D) R\$ 11.683.041 mil.
- (E) R\$ 25.313.256 mil.

Gabarito: 60% de 38.943.471: 23.366.083 mil, gabarito C.

24. De acordo com art. 30, parágrafo único, da Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de São Paulo – LDO –, para o exercício de 2015, para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar no 101 de 2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até, no caso de aquisição de bens e serviços, e de até, no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- (A) R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) ... R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
- (B) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ... R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- (C) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ... R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
- (D) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ... R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
- (E) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Se for o mesmo critério da LDO federal, seria 8 mil e 15 mil, gabarito D.

25. O suprimento de fundos (regime de adiantamento) é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento. Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.
(Manual de Contabilidade Pública – MCASP, 6ª Edição)

O registro contábil (contabilização), conforme sugerido pelo MCASP 6ª edição, no momento do empenho da referida despesa, será:

(A) Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

(B) Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.3.1.x.xx.xx Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)

2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos

(F)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

(C) Natureza da informação: patrimonial

D 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)

C 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito a Empenhar Liquidado a Pagar

C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado a Pagar

(D) Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

C 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)

Natureza da informação: controle

D 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)

C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

(E) Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho a pagar

Gabarito A. Nas opções B, C e D existem constas do subsistema patrimonial, o que não condiz com o empenho do suprimento de fundos. A alternativa E tem um registro a mais e errado: D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho a pagar

26. Observe o demonstrativo consolidado e notas explicativas da PMSP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Contas e operações	Valor em Reais	
	Exercício 2014	Exercício 2013
	1.116.952.970,60	1.297.824.332,89
Alienação de Bens Móveis	579.946,38	43.795,00
Saída de Produtos para Revenda	23.713.015,76	19.171.096,79
Cobrança da Dívida Ativa	1.063.811.608,97	1.256.417.457,68
Recebimentos de Créditos	17.836.892,89	15.489.061,70
Liquidações de Créditos – RPPS	5.511.506,60	6.702.921,72
Empréstimos Contratados Internos	5.500.000,00	–

De acordo com o demonstrativo, o grupo de contas da Demonstração das Variações Patrimoniais no qual as contas e operações contábeis a seguir relacionadas devem ser classificadas é

- (A) Despesas de Capital.
- (B) Despesas Financeiras e Correntes.
- (C) Interferências Passivas.
- (D) Mutações Patrimoniais Ativas.
- (E) Mutações Patrimoniais Passivas.

São receitas não efetivas, que se relacionam com as mutações passivas, gabarito E.

27. Com base no Balanço Orçamentário da Administração Direta da PMSP, referente ao Exercício de 2014, responda à questão.

 ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO 2014

em R\$

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)
DESPESAS CORRENTES (IX)	29.417.859.793,00	30.924.305.049,35	28.758.594.935,12	27.750.114.669,19	27.655.001.790,34	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.678.889.211,00	10.408.453.162,31	10.178.673.223,84	10.136.242.388,56	10.126.570.880,30	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.079.912.801,00	3.209.923.009,80	2.710.520.998,53	2.710.520.998,53	2.710.520.998,53	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.659.057.781,00	17.305.928.877,24	15.869.400.712,75	14.903.351.282,10	14.817.909.911,51	
DESPESAS DE CAPITAL (X)	12.330.920.686,00	10.605.529.205,29	5.692.259.143,22	5.071.750.562,31	5.048.733.390,16	
INVESTIMENTOS	10.398.739.916,00	8.762.363.089,99	4.077.766.406,59	3.457.257.825,68	3.434.240.653,53	
INVERSÕES FINANCEIRAS	366.614.000,00	352.980.251,51	129.987.040,71	129.987.040,71	129.987.040,71	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.565.566.770,00	1.490.185.863,79	1.484.505.695,92	1.484.505.695,92	1.484.505.695,92	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	1.000,00	1.000,00	0	0	0	
RESERVA DO RPPS (XII)	0	0	0	0	0	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	41.748.781.479,00	41.529.835.254,64	34.450.854.078,34	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	0	0	0	0	0	
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	41.748.781.479,00	41.529.835.254,64	34.450.854.078,34	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	
SUPERAVIT (XVI)	5.649.505.860,00	5.868.452.084,36	3.944.997.748,33			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	47.398.287.339,00	47.398.287.339,00	38.395.851.826,67	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (MCASP, 6a Edição)

Quanto ao valor a ser incluído no Saldo da Dotação, coluna (i), ele será obtido mediante ao confronto de duas colunas anteriores. Considerando o Balanço Orçamentário apresentado, o valor a ser incluído na coluna Saldo da Dotação, especificamente na linha de Subtotal das Despesas (XIII) é

- (A) R\$ 1.628.988.846,84.
- (B) R\$ 8.826.100.074,14.
- (C) R\$ 9.002.435.512,33.
- (D) R\$ 9.045.046.298,50.
- (E) R\$ 7.078.981.176,30.

Gabarito: 41.529.835.254,64 - 34.450.854.078,34 = 7,078,981,176.30, E.

28. Sobre as Transferências Correntes, de acordo com a Lei no 4.320/64, art. 18, pode-se afirmar que

(A) os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo seus valores, projetos de obras e de outras aplicações. Os programas especiais de trabalho, que, por sua natureza, possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, não poderão ser custeados por dotações iniciais globais, classificadas entre as **Despesas correntes**.

ERRADO, classificado como despesa de capital.

(B) se consideram como subvenções econômicas as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.

CERTO.

(C) a cobertura dos déficit de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas e **financeiras** expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento dos Entes da Federação, enquanto que o superávit de arrecadação é considerado como receita **extraorçamentária**.

ERRADO, não existe subvenção financeiro, e o Superávit Orçamentário é receita de capital.

(D) a Lei de Orçamento consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial, como ação social e de medidas de recuperação da economia.

ERRADO, não há essa previsão.

(E) a Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos, desde que o Governo tenha participação no conselho deliberativo – companhia mista.

ERRADO, não pode auxílio para entidade com fins lucrativos.

29. Para os efeitos da Lei Complementar no 101 de 2000, art. 2o, a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária é entendida como

- (A) empresa estatal dependente.
- (B) companhia mista.
- (C) empresa de investimento privado.
- (D) entidade independente.
- (E) empresa controlada.

Gabarito A.

30. Segundo o MCASP, "o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação". Isso posto, observa-se que a fixação da despesa apenas poderá ser registrada por meio do seguinte lançamento contábil:

- (A) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.3.02.xx Débito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- (B) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
- (C) Natureza da informação: orçamentária
D 5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial
C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
- (D) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.3.01.xx Débito Dotação Empenhada a Liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
- (E) Natureza da informação: orçamentária
D 4.2.2.1.1.xx.xx Despesa Fixada em Dotação
C 5.2.2.1.1.xx.xx Crédito a Disponibilizar

Seria um lançamento horizontal nas classes 5 e 6, assim, só temos uma opção, gabarito C.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que estão disponíveis no site a editora ELSEVIER dois livros de minha autoria: um de questões objetivas e outro de questões discursivas.

<http://www.grupogen.com.br/catalogsearch/result/?q=giovanni+pacelli>

Observação importante: este curso é protegido por **direitos autorais** (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos ;-)